



SEGUNDA OPINIÃO



Rui Pereira
Professor Universitário

Megamarquês

O desfiar de números do Processo Marquês é impressionante. Ainda no decurso das fases preliminares (agora em instrução), integra 53 000 páginas e 13,5 milhões de ficheiros informáticos. Durante o inquérito, foram ouvidas 200 testemunhas e analisadas 500 contas bancárias. A acusação, com mais de 3000 páginas, dirige-se a 28 arguidos e envolve centenas de crimes!

Os números esmagadores evidenciam a natureza destes megaprocessos. Para os magistrados e polícias constituem um trabalho hercúleo para os arguidos o desafio de toda a vida (ou do que restar dela). Seis anos volvidos, quando acabará este processo? Da pronúncia ou despronúncia caberá recurso para a Relação e o julgamento, moroso, será seguido de recursos em cascata.

O repto para o poder judicial é procurar simplificar estes processos, cumprindo o desígnio constitucional de celeridade com respeito pelas garantias. Convertê-los, sempre

que possível, em processos separados e evitar atos e rituais inúteis. Não é tarefa fácil, quando estão em causa crimes económicos e financeiros transnacionais e a informática é um seu instrumento.

A circunstância de entre os arguidos (dezanove pessoas singulares e nove pessoas coletivas) se encontrar um ex-primeiro ministro, que conquistou para o PS a sua única maioria absoluta, não é irrelevante. José Só-

crates é acusado de se ter aproveitado do cargo para cometer 31 crimes, incluindo corrupção passiva, branqueamento de capitais, fraude fiscal e falsificação.

A SORTE DO EX-PRIMEIRO MINISTRO DEPENDE DE DUAS QUESTÕES SIMPLES

Paradoxalmente, a sorte do ex-primeiro ministro depende da convicção dos tribunais acerca de duas questões simples. As quantias elevadas de dinheiro que despendeu eram suas embora proviessem de contas de um amigo, caso em que haverá fraude fiscal? Foram a contrapartida de atos contrários aos seus deveres, fundamentando as acusações de corrupção e branqueamento? ●